

GRAMÁTICA E HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: REFLEXÕES ACERCA DE ALGUNS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Maurício SILVA¹

■ **RESUMO:** O presente artigo procura analisar as diversas possibilidades de conceituar a gramática, refletindo acerca das variantes de sentido que esse conceito pode acarretar. Além disso, procura analisar alguns aspectos metodológicos provenientes da Historiografia Lingüística, particularmente voltados para a análise da gramaticografia.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Gramática; Língua Portuguesa; Historiografia Lingüística; Lingüística.

Todo estudo lingüístico preocupado com a constituição de suportes teóricos e metodológicos com vistas à aplicabilidade de seus conceitos fundamentais requer uma explanação prévia, a fim de estabelecer os limites dentro dos quais o pesquisador deverá atuar em seu empreendimento analítico. Esse mesmo princípio, portanto, deve reger os estudos de gramaticografia, cujo sentido pode variar de acordo com as perspectivas analíticas adotadas já na definição do que possa ser considerado o discurso gramatical.

¹ Departamento de Educação – Faculdade de Letras – Centro Universitário Nove de Julho (UNINOVE) e Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UNIFMU) – 05027-000, São Paulo–SP, Brasil. E-mail: maurisil@gmail.com.

Conceitualmente, a gramática pode ser definida como uma “ciencia que estudia el sistema de una lengua” (CARRETER, 1974, p. 213); ou, em termos mais específicos, um “system by wich the words and morphemes of a language are organized into larger units, particulary into sentences, perceived as existing independently of any attempt at discribing it” (TRASK, 1993, p. 121). Tal descrição parece, no entanto, dos limites da própria funcionalidade da gramática, já que, do ponto de vista pragmático, a gramática adquire sentidos, muitas vezes, diversos daqueles aqui expostos.

Historicamente, a gramática conheceu uma gama bastante variada de proposições definitórias: confundindo-se, a princípio, com a lógica, dela se desvinculou num esforço independentista de marcar território no campo dos conhecimentos humanos, para, em seguida, adquirir estatuto de “ciência” autônoma, passando então a englobar as três vertentes fundamentais da lingüística estruturalista: a fonético-fonológica, a morfossintática e a semântica (AUROUX, 1990: 08).

Unindo as perspectivas conceitual e histórica, alcançamos uma definição da gramática mais adequada aos nossos propósitos e, pragmaticamente falando, mais operatória. Assim, do ponto de vista cronológico, a gramática pode ser diacrônica ou sincrônica, segundo os limites dentro dos quais se situem seu cabedal de preocupações lingüísticas e a perspectiva adotada para a exposição dos fenômenos da linguagem verbal. É, portanto, no âmbito da diacronia que se inserem tanto a *gramática histórica* quanto a *gramática comparativa*, dois conceitos que adquiriram maior visibilidade a partir de meados do século XIX. A rigor, portanto, pode-se dizer que a gramática histórica é a “apresentação metódica da história interna de uma língua”, enquanto a gramática comparativa seria a aplicação metódica “do comparatismo a uma família lingüística” (CÂMARA JÚNIOR, 1988, p. 130).

Do ponto de vista teórico e buscando inserir a gramática nos limites da sincronia, podemos dizer que existem a *gramática geral* e a *gramática específica*, a primeira destinada aos estudos dos princípios lingüísticos gerais, entendendo-se por esse conceito o que Dubois definiu como “description complète de la langue, c’est-à-dire des principes d’organisation de la langue” (DUBOIS, 1994, p. 226); ou o que Bussman considerou como “systematic description of the formal regularities of a natural language” (BUSSMANN, 1996, p. 194). Já a definição da gramática específica refere-se principalmente a um sistema organizado de fatos lingüísticos de um determinado idioma, procurando expor tudo o que, *especificamente*, lhe diga respeito. Neste sentido, poder-se-ia

difini-la a partir do mesmo conceito que Greimas e Courtés utilizaram para a gramática genericamente falando, em seu intuito de diferenciá-la do que chamaram de gramática semiótica: “description des modes d’existence et de fonctionnement d’une langue naturelle” (GREIMAS, COURTÉS, 1979, p. 127).

É nos limites do que aqui denominamos gramática específica que podemos, do ponto de vista metodológico, depreender mais duas vertentes de gramática, a *gramática descritiva* e a *gramática normativa*, dicotomia já presente na Antigüidade Clássica, que levaria à consideração da gramática como uma *ars recte loquendi* (STEFANINI, 1994; PEREIRA, 2000; SILVA, 2000), evidentemente considerando *arte* no entendimento clássico de *técnica*. Na Idade Média, chegou-se, a partir dessa consideração, à dicotomia entre uma gramática fundamentalmente “pedagógica”, representada por Donato, e uma gramática essencialmente normativa, representada por Prisciano, mas é a partir da Era Moderna, em particular com o advento do Renascimento, que se pôde falar em termos de uma consistente e massiva gramatização, o que redundaria numa distinção mais funcional dos conceitos de normativismo e descritivismo (AUROUX, 1992; SILVA, 1997).

Finalmente, como complemento dessa última exposição, pode-se afirmar que, sobretudo no que concerne ao conceito de gramática normativa, é possível ainda arriscar um desdobramento que resulte na ocorrência de dois outros tipos de gramática: a *normativa pedagógica*, que não são senão os famigerados manuais didáticos, isto é, livros “preparados com a clara intenção de adoção em sala de aula, por isso mesmo com apresentação de exercícios após a lição teórica” (NEVES, 1994, p. 22); e a *normativa teórica*, aquela que, sem uma explícita intenção didática, procura registrar regras e preceitos voltados para o uso supostamente correto de um determinado idioma, a partir de uma variante culta que se constitui, assim, na norma padrão da língua.

Evidentemente, na prática, os fatos não se apresentam tão simples, nem tão esquemáticos, podendo haver divergências de concepção e fatura, intersecções profundas e contatos superficiais entre o que aqui consideramos descritivismo, por um lado, e normativismo, por outro. A bem da verdade, parece ponto pacífico entre os pesquisadores do assunto ou para o observador mais atento o fato de que toda gramática normativa apresenta certo grau de descrição da língua, da mesma maneira que qualquer gramática descritiva, ainda que não seja esse seu propósito final, traz subentendidos modos exemplares

de atualização lingüística (NEVES, 2002). Semelhante ocorrência talvez se deva ao fato de que, a rigor, as gramáticas que aqui denominamos normativas são, na verdade, aquelas que procuram *descrever* um determinado padrão lingüístico, motivo pelo qual, mesmo adquirindo certo viés descritivista, a gramática não deixar nunca de ser, até certo ponto, normativa (PETTER, 2002).

Desse modo, se numa perspectiva histórica a gramática pode ser compreendida, como assinalamos, a partir de um enquadramento conceitual matizado, resultando, em última instância, na distinção entre o normativismo e o descritivismo, numa perspectiva cultural a dicotomia entre a gramática normativa e descritiva possibilitaria o aparecimento de diversos estudos a que podemos chamar provisoriamente, por falta de denominação mais precisa, de *paragramaticais*: escritos que, a rigor, procuram problematizar tanto alguns pressupostos fundamentais da gramática, sobretudo a normativa, quanto sua aplicabilidade no âmbito da educação lingüística ou sua inserção na sociedade letrada, resultando, por exemplo, em estudos que buscam questionar não apenas as combalidas *regras* gramaticais, mas também a pertinência de sua prescrição.

*

Para se entender cabalmente o complexo processo de constituição, desenvolvimento e consolidação da gramática é necessário estudá-lo a partir de uma perspectiva, a um só tempo, extensiva e intensiva, a qual requer – de um ponto de vista *historiográfico* – a reconfiguração do contexto geral da época na qual o fazer gramatical se inscreve; o resgate do ideário lingüístico que deu sustentação à construção do conhecimento gramatical; a comparação entre referências conceituais e taxionômicas presentes na obra em análise e a terminologia técnica utilizada pelo pesquisador. Todo esse procedimento analítico diz respeito à delicada questão da *metalinguagem*, que de acordo com Konrad Koerner seria a maneira pela qual o historiógrafo da linguagem “empreende a descrição e apresentação de teorias da linguagem do passado aos pesquisadores do campo presente”, obedecendo, para tanto, a três princípios fundamentais: a) o estabelecimento do clima de opinião, já que “as idéias lingüísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período” (*princípio de contextualização*); b) a definição interna do quadro geral de investigação e da terminologia

utilizada no documento estudado, a fim de “estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, talvez até filológico, do texto lingüístico em questão” (*princípio da imanência*); c) as possíveis “aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de trabalho apresentado no trabalho em questão” (*princípio de adequação*) (KOERNER, 1996, p. 95 et ss.).

Daí a necessidade, como salientamos acima, de um estudo ao mesmo tempo extensivo e intensivo, o qual se traduz, num contorno mais prático, no que Pierre Swiggers define como sendo uma análise particularizante, a qual “focusses on the specific way in which a particular linguistic insight was brought about and formulated”, e uma análise generalizante, na qual “we study the types of models which carry linguistic knowledge”, ambas imprescindíveis à eficácia da abordagem historiográfica da gramática e correspondentes à conjunção de uma descrição *content-oriented*, isto é, que se volta para as particularidades internas da linguagem, e uma descrição *context-oriented*, ou seja, que envolve a linguagem em seu contexto social e cultural (SWIGGERS, 1989, p. 21 et ss.).

Com efeito, a metalinguagem, conceito que está na base das atitudes metodológicas acima observadas, é a dimensão mais evidente da gramaticografia, estando a reflexão sobre a linguagem, ainda na opinião de Swiggers, diretamente ligada às estruturas mesmas da metalinguagem (SWIGGERS, 1997).

Por isso, para nós, o estudo da gramática – do ponto de vista historiográfico – reconhece pelo menos três esferas de atuação: a esfera intratextual, em que a metalinguagem atua como discurso elucidador das ocorrências lingüísticas presentes no discurso gramatical; a esfera intertextual, na qual a metalinguagem elucida possíveis relações discursivas entre enunciados de natureza diversa, a fim de dar ao estudo da gramática maior sustentação teórica; e a esfera contextual, por meio da qual a metalinguagem mobiliza um arcabouço histórico necessário a uma mais larga compreensão da gramática, operando a partir de conceitos provenientes do próprio discurso historiográfico.

Dessas três esferas aludidas, ressalta, na atividade historiográfica, a intratextual, na medida em que permite entender a metalinguagem também como uma função comunicativa que pressupõe a circularidade de informação e comunicação, manifestando-se como uma linguagem que fala da própria linguagem. Com esse sentido em particular a metalinguagem

o próprio discurso gramatical, passando da condição de uma *prática metodológica* para a de um *objeto de estudo*. Desse modo, poder-se-ia dizer que, diferentemente da Lingüística Histórica, o objeto de estudo da Historiografia Lingüística não é a linguagem, mas a metalinguagem, a qual é deslindada pelo pesquisador a partir de princípios metodológicos e fundamentos teóricos específicos. Portanto, da Lingüística Histórica para a Historiografia Lingüística ocorre uma mudança de paradigma que consiste precisamente na constituição de um novo dispositivo epistemológico para apreensão, análise, interpretação e julgamento do fenômeno metalingüístico, o que permite, de modo definitivo, a consideração da gramática como um complexo sistema de *instâncias de enunciação* interagentes.

Da mesma maneira que a Historiografia – diferentemente da História – não está preocupada com o *fato* propriamente dito, mas com os discursos e representações que sobre ele se fazem, a Historiografia Lingüística não se ocupa da linguagem verbal em si mesma, mas dos registros discursivos e das representações ideológicas que dela se constroem, os quais representam linhas de pensamento múltiplas, cabendo ao historiógrafo decidir, entre as muitas existentes, aquela que deve constituir o foco de atenção em determinada época.² Levada ao limite da gramaticografia, tal reflexão aponta para a existência de sintomáticas diferenças entre uma concepção da escritura gramatical sob a perspectiva da Lingüística Histórica e a da Historiografia Lingüística, já que enquanto aquela apóia-se teórica e metodologicamente na análise de *fatos* do passado do sistema lingüístico para avaliar ocorrências diacrônicas que possibilitaram e induziram as variações e mudanças lingüísticas, esta promove uma reflexão acerca do *ideário* lingüístico que fundamenta a gramaticografia e instaura um discurso metalingüístico, ultrapassando o significado imanente do texto gramatical. Por essa razão, a Historiografia Lingüística preocupa-se antes com o sistema lingüístico inserido em uma complexa conjuntura social, por meio da qual constrói-se um imaginário lingüístico permeável a épocas distintas e que surge a partir de condições contextuais igualmente variáveis: processos de recepção e de institucionalização, acessibilidade do público leitor, códigos de uso e práticas de leitura, condições de legibilidade etc.

Passa-se, assim, na consideração ampla da linguagem e no plano estrito da escritura gramatical, do âmbito *histórico* para o *metahistórico*.

² Sobre a diversidade e escolha da linha de pensamento pelo historiógrafo, consultar KOERNER, Konrad. "Models in Linguistic Historiography". *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays. Studies in the History of the Language Sciences. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, v. 50:47-59, 1989.*

Grammar and Linguistic Historiography: taking some methodological principles into considerations

■ **ABSTRACT:** *The present article analyzes the concepts of grammar, and point out some aspects of the grammatical practice, in its writing perspective. Furthermore, it analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography.*

■ **KEYWORDS:** *Grammar. Portuguese. Linguistics. Linguistic Historiography. Linguistic.*

Referências

AUROUX, S. De la 'technê' au calcul: la question de la scientificité de la grammaire. In: NIEDEREHE, H.-J. and KOERNER, K. *History and Historiography of Linguistics. Studies in the History of the Language Sciences.* John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, v. 51, 1990, p. 3-17.

_____. *A Revolução Tecnológica da Gramatização.* Campinas: Unicamp, 1992.

BUSSMANN, H. *Routledge Dictionary of Language and Linguistics.* London/New York: Routledge, 1996.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática Referente à Língua Portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1988.

CARRETER, F. L. *Diccionario de Términos Filológicos.* Madrid: Gredos, 1974.

DUBOIS, J. *et al.* *Dictionnaire de Linguistique et des Sciences du Langage.* Paris: Larousse, 1994.

GREIMAS, A. J. et COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire Raisoné de la Théorie du Langage.* Paris: Hachette, 1979.

KOERNER, K. O Problema da Metalinguagem em Historiografia da Lingüística. *Delta. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. Unicamp, Campinas, v. 12, n. 01, 1996, p. 95-124.

NEVES, M. H. de M. *Gramática na Escola*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *A Gramática. História, Teoria e Análise, Ensino*. São Paulo: Unesp, 2002.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático. O Papel do Mestre na Institutio Oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2000.

PETTER, M. Linguagem, Língua, Lingüística. In: FIORIN, J. Luiz (org.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-24.

SILVA, R. V. M. e. *Contradições no Ensino de Português: A Língua que se Fala X a Língua que se Ensina*. São Paulo; Bahia: Contexto/ UFB, 1997.

_____. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. São Paulo: Contexto, 2000.

STEFANINI, J. *Histoire de la Grammaire*. Paris: CNRS, 1994.

SWIGGERS, P. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. In: HÜLLEN, Werner (ed.). *Understanding the Historiography of Linguistics Problems and Projects*. Nodus, Münster, s.d., p. 21-34 (Symposium at Essen, 23 – 25 November 1989).

_____. *Histoire de la Pensée Linguistique. Analyse du Langage et Réflexion Linguistique dans la Culture Occidentale, de l'Antiquité au XIXe. Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

TRASK, R. L. *A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistics*. London; New York: Routledge, 1993.